



# REALIZAÇÃO



# PATROCÍNIO



# PARCEIROS



## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Congresso Nacional de Arquivologia (6 : 2014 : Santa Maria)

Congresso Nacional de Arquivologia, 20 a 23 de outubro de 2014, Santa Maria [recurso eletrônico] : Arquivologia, sustentabilidade e inovação / organizado por Débora Flores, Andréa Gonçalves dos Santos e Flavia Helena Conrado ; coord. Daniel Flores.; revisado por Sérgio Ricardo Rodrigues [realização Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul] – Santa Maria : AARS, 2014.

Versão eletrônica. ; il. ; 4 ¼ pol.

ISBN: 978-85-68533-01-7

1. Arquivologia - Congresso. 2. Sustentabilidade. 3. Inovação. I. Flores, Débora., org. II. Santos, Andréa Gonçalves do., org. III. Conrado, Flávia Helena., org. IV. Flores, Daniel., coord. V. Rodrigues, Sérgio Ricardo., revisor V. Título: Arquivologia, sustentabilidade e inovação.

CDU: 930.25:658

## Comissão Organizadora do VI CNA



Andrea Gonçalves dos Santos - Mestrado  
 Camila Lacerda Couto - Especialização  
 Cléo Belício Lopes - Especialização  
 Daniel Flores - Pós-Doutorado  
 Débora Flores - Mestrado  
 Denize Brum Camargo - Graduação  
 Flavia Helena Conrado - Mestrado  
 Jorge Alberto Soares Cruz - Mestrado  
 Maria Cristina Kneipp Fernandes - Especialização  
 Mateus de Moura Rodrigues - Especialização  
 Raquel Miranda da Silva - Especialização  
 Rita de Cássia Portela da Silva - Mestrado  
 Rosani Gorete Feron - Especialização  
 Valéria Raquel Bertotti - Mestrado  
 Viviane Portella de Portella - Mestrado

## Comissão Central de Programação Científica



Prof. Dr. Daniel Flores (UFSM) - Presidente  
 Prof. Dr. André Zanki Cordenonsi (UFSM) - Membro  
 Prof. Me. Jorge Alberto Soares Cruz (UFSM) - Membro  
 Prof. Dr. José Maria Jardim (UNIRIO) - Membro  
 Prof. Dr. Rafael Port da Rocha (UFRGS) - Membro  
 Profa. Ma. Valéria Raquel Bertotti (UFRGS) - Membro

## Secretaria de apoio da Comissão Central de Programação Científica



Arquiv. Ma. Andrea Gonçalves dos Santos (FURG) - Membro  
 Arquiv. Mnda. Daiane Segabinazzi Pradebon - Membro  
 Arquiv. Ma. Flavia Helena Conrado (IFRS/ POA) - Membro  
 Arquiv. Ma. Neiva Pavezi (UFSM) - Membro

## Comissão de Pareceristas - Avaliadores



Alicia Casas de Barran (EUBCA) - MERCOSUL  
Ana Celeste Indolfo (Arquivo Nacional) - Inst. Arquivísticas  
Ana Célia Rodrigues - UFF  
André Malverdes - UFES  
Angelica Alves da Cunha Marques - UnB  
Anna Carla Almeida Mariz - UNIRIO  
Anna Szlecher (UnC) - MERCOSUL  
Aurora Leonor Freixo - UFBA  
Beatriz Kushnir (AGCRJ) - Inst. Arquivísticas  
Carla Mara da Silva Silva- UFAM  
Carlos Augusto Silva Ditadi - Conarq  
Carlos Blaya Perez - UFSM  
Cíntia das Chagas Arreguy - UFMG  
Dhion Carlos Hedlund - FURG  
Eliana Maria dos Santos Bahia - UFSC  
Eliandro dos Santos Costa - UEL  
Eliezer Pires da Silva - UNIRIO  
Fernanda Kieling Pedrazzi - UFSM  
Flávio Leal da Silva - UNIRIO  
Francisco José Aragão Pedroza Cunha - UFBA  
Hamilton Vieira de Oliveira - UFPA  
Heloísa Liberalli Bellotto - USP  
Janilton Fernandes Nunes - UFAM  
João Eurípedes Franklin Leal - Conarq  
Jorge Eduardo Enriquez Vivar - UFRGS  
José Augusto Chaves Guimarães - UNESP  
Josemar Henrique de Melo - UEPB  
Julianne Teixeira e Silva - UFPB  
Katia Isabelli de Bethânia Melo de Souza - UnB  
Leandro Ribeiro Negreiros - UFMG  
Marcieli Brondani de Souza - UFAM  
Margarete Farias de Moraes - UFES  
Maria Do Rocio Fontoura Teixeira - UFRGS  
Maria Laura Rosas (EUBCA) - MERCOSUL  
Maria Leandra Bizello - UNESP  
Maria Teresa Navarro de Britto Matos - UFBA  
Maria Virginia Moraes de Arana - UFES  
Mateus de Moura Rodrigues - FURG  
Paulo Roberto Elian dos Santos (Fiocruz) - Inst. Arquivísticas  
Lucivaldo Vasconcelos Barros - UFPA  
Luiz Eduardo Ferreira da Silva - UFPA  
Renato Tarciso Barbosa de Sousa - UnB  
Rita de Cassia Portela da Silva - UFRGS  
Rosa Zuleide Lima de Brito - UFPB

Rosane Suely Alvares Lunardelli - UEL  
Sérgio Renato Lampert - FURG  
Sônia Elisabete Constante - UFSM  
Telma Campanha de Carvalho Madio - UNESP  
Úrsula Blattmann - UFSC  
Welder Antônio Silva - UFMG

## **Comissão de Apoio**



### **Secretária**

Melina Pereira

### **Comissão de Divulgação**

Everton Tolves  
Pâmela Menezes Flores  
André Grendene Azevedo  
Maria Eduarda Flores

### **Comissão de Transportes**

Daiane Regina Segabinazzi Pradebon  
Comissão Artística  
Arion Pilla

### **Comissão de Projetos**

Jonas Ferrigolo Melo  
Juliana Kirchhof  
Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues

### **Comissão de Inscrições, Credenciamento e Certificados**

Camila Medeiros  
Tamiris Carvalho  
Catiana Ramiro

### **Comissão de Infraestrutura**

Adriéli Mello  
Douglas Duarte

### **Editoração e Revisão**

Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues



**Associação dos Arquivistas do RS - AARS**

**Biênio 2013 - 2015**

**Diretoria**

PRESIDENTA: Débora Flores

VICE-PRESIDENTA: Andrea Gonçalves dos Santos

1ª SECRETÁRIA: Camila Lacerda Couto

2ª SECRETÁRIA: Maria Cristina Kneipp Fernandes

1ª TESOUREIRA: Raquel Miranda da Silva

2º TESOUREIRO: Cléo Belicio Lopes

**CONSELHO FISCAL - TITULARES**

Denize Camargo

Rosani Gorete Feron

Viviane Portela de Portela

**CONSELHO FISCAL - SUPLENTES**

Daniel Flores

Flavia Helena Conrado

Jorge Alberto Soares Cruz



## SUMÁRIO

Sobre o Evento.....	<b>09</b>
AARS.....	<b>11</b>
Comunicações Orais – Eixo Epistemologia da Arquivologia e Formação Profissional.....	<b>12</b>
Comunicações Orais – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	<b>328</b>
Comunicações Orais – Eixo Acesso à Informação.....	<b>370</b>
Comunicações Orais – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais.....	<b>615</b>
Comunicações Orais – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	<b>730</b>
Comunicações Orais – Eixo Gestão Documental.....	<b>949</b>
Comunicações Pôsteres – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais...	<b>1121</b>
Comunicações Pôsteres – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	<b>1143</b>
Comunicações Pôsteres – Eixo Gestão Documental.....	<b>1168</b>
Comunicações Pôsteres – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	<b>1220</b>

## SOBRE O EVENTO

### **VI CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA VI CNA - 2014 Santa Maria - RS**

A realização do Congresso Nacional de Arquivologia é o resultado do envolvimento e da cooperação das associações regionais de arquivistas que unem esforços com a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia – ENARA – criada em 2006 durante o II CNA ocorrido em Porto Alegre –, ademais da comunidade arquivística, atuante nas discussões em prol do desenvolvimento da Arquivologia.

Realizar um congresso, grandioso e importante como este para os profissionais arquivistas, é um trabalho árduo, mas também prazeroso, pois é ele um marco para o avanço da teoria arquivística e de suas tecnologias para a comunidade brasileira. Comunidade esta, cada vez mais, exigente e consciente da importância da gestão documental e informacional, considerando não somente a atividade fim da arquivística, mas ainda, sob um olhar na sustentabilidade e nas inovações que contribuem para o desenvolvimento e uma melhor aplicabilidade da gestão documental nas empresas e demais espaços de atuação do profissional arquivista.

Assim, em um congresso nacional como este, é sabido que as discussões geradas neste grandioso evento, espaço para o conhecimento e debates teóricos, enriquecem ainda mais a comunidade científica e ampliam, conseqüentemente, as discussões acerca da Arquivologia e sua teoria no Brasil.

Como contribuição para os profissionais envolvidos no evento, que ocorre na união de uma comunidade nacional em um mesmo espaço, enriquece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, representando, portanto, um elemento importante no desenvolvimento da comunidade científica no âmbito da educação superior contemporânea.

Os congressos nacionais de arquivologia, que vêm acontecendo desde 2004, têm contribuído significativamente às discussões de classe. Cada evento vem carregado de ideias e visões, que ao longo dos dias são debatidas pela comunidade arquivística, resultando assim em novos conceitos, novos conhecimentos, potencializando o papel do arquivista na sociedade contemporânea, sendo o cerne do desenvolvimento de políticas e leis que se tornaram referência em outras áreas do conhecimento.

A realização deste evento é a oportunidade de atualização dos profissionais participantes, explorando novas tendências na gestão documental, trazendo-se temas de abordagem contemporânea e oportunizando, ainda, a presença de palestrantes de renome nacionais e internacionais.

As comissões organizadora e científica somam esforços para apresentar uma programação que venha fomentar amplo debate sobre as questões da atualidade na gestão arquivística e da gestão da informação, com vista a construir uma perspectiva para evidenciar as discussões acadêmica e científica, considerando as diferentes dimensões, na dicotomia: educação superior e vida profissional. Isso significa fortalecer os princípios para com a arquivística e a gestão da informação, propiciando uma formação acadêmica e uma atuação profissional que articule

organicamente com o conhecimento científico, técnico, político e, ainda, uma postura ética.

A interação entre as diversas formações e campos de atuação do profissional, proporciona troca e difusão de conhecimento, pressupondo sujeitos comprometidos com a evolução teórica e tecnológica da sua área de atuação. Desta forma, o evento visa divulgar, refletir e discutir as novas tendências da gestão arquivística e da gestão da informação, integrando seus diversos atores: docentes, discentes, gestores, técnicos, profissionais e comunidade em geral.

Desde a década de 70 o Brasil tem por tradição realizar congressos nacionais de arquivologia. Mas foi o ano de 2004 que ficou marcado em virtude da sequência dos congressos sofrer alteração.

Assim, o I Congresso Nacional de Arquivologia - CNA se realizou na cidade sede do governo federal, Brasília em 2004, tendo como tema “Os arquivos no século XXI”.

O II CNA, se realizou na acolhedora cidade de Porto Alegre em 2006, tendo como tema “Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento”. Este encontro foi um marco para o arquivologia nacional pois neste congresso se criou a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia, a ENARA, que desde então, passou a organizar os CNAs junto com a associação regional do estado sede do congresso.

O III CNA se realizou na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro em 2008, tendo como tema “A Arquivologia e suas múltiplas interfaces”.

O IV CNA se realizou na linda cidade de Vitória em 2010, tendo como tema “A gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas tecnologias da informação”.

O V CNA se realizou na bela cidade de Salvador em 2012, tendo como tema “Arquivologia e internet”.

E agora, o VI CNA, em 2014, se realiza no coração do Rio Grande do Sul, em Santa Maria. É o primeiro congresso nacional que ocorre em uma cidade que não é uma capital, e que nos enche de orgulho poder sediar e acolher estes profissionais que aqui chegam para discutir e compartilhar conhecimentos da Arquivologia.

O VI CNA conta com sessões plenárias apresentando temas como “A Diplomática Contemporânea e a Epistemologia da Arquivologia”, “Inovação em acesso e preservação digital” e “Avaliação de documentos: metodologia, procedimentos e implicações”. O evento conta também com quatro mini-cursos: “Preservação digital”, “Diplomática contemporânea”, “O documento arquivístico digital” e “ISO30300” com ministrantes do Brasil, Espanha e Portugal, além das comunicações orais e apresentação de pôsters.

As apresentações foram divididos por eixos temáticos: Epistemologia da Arquivologia e formação profissional, Inovação e sustentabilidade em arquivos, Acesso à informação, Documentos arquivísticos digitais, Patrimônio Documental e memória e Gestão Documental.

## A AARS

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS), criada em 1999, surgiu a partir da extinção dos Núcleos da Associação dos Arquivistas Brasileiros em julho de 1998, quando os associados do Núcleo Regional do RS se reuniram e, após muita discussão, aprovaram a constituição de uma associação estadual. Na ata de fundação, constavam 32 associados, que, com muita disposição, conseguiram criar uma entidade forte e reconhecida nacionalmente. A Associação é dirigida por uma diretoria eleita por dois anos.

Atualmente, a AARS conta com mais de 270 associados, já foi representante das associações de classe no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e Coordena a gestão da Executiva Nacional de Associações de Arquivologia do país até a realização do VI CNA. No ano de 2007, a AARS conseguiu sua inscrição na Seção de Associações Profissionais - SPA, do Conselho Internacional de Arquivos CIA. Em 2006, a Associação promoveu o II Congresso Nacional de Arquivologia, com aproximadamente 500 participantes. E hoje, mais uma vez reafirma sua dedicação em prol dos profissionais arquivistas.

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul tem por objetivos: a) promover a defesa dos interesses dos profissionais que atuam na área da arquivologia; b) incrementar estudos para melhorar o nível técnico e cultural dos profissionais de arquivo; c) cooperar com os órgãos governamentais e entidades nacionais e internacionais; públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos; d) promover a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho arquivístico, por meio de estudos, congressos, conferências, exposições, cursos, seminários, mesas redondas, e outras atividades; e) estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres; f) participar dos eventos que se relacionem com as atividades da área; g) colaborar com o Arquivo Nacional, os arquivos estaduais e municipais, no desenvolvimento de políticas de arquivo; g) a representação judicial ou extrajudicial dos associados mediante autorização da Assembleia Geral.

A atual diretoria da AARS tomou posse em 29 de julho de 2013, e tem seu mandato até julho de 2015. Além das atividades de defesa profissional, como divulgação da regulamentação da profissão, intervenções em concursos irregulares com vagas para arquivista, cursos de capacitação e treinamentos, a AARS enfrenta em 2014 um novo desafio. Após sediar em 2006 o então II Congresso Nacional de Arquivologia, a AARS recebe novamente o evento, porém na sua VI edição.



# ***COMUNICAÇÕES ORAIS***

***EIXO:***

***PATRIMÔNIO  
DOCUMENTAL E  
MEMÓRIA***

## DIFUSÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO: UMA RELAÇÃO DE INTERDEPENDÊNCIA

Sara Orcelli dos Santos<sup>281</sup>

Carlos Blaya Perez<sup>282</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar aspectos da difusão do Patrimônio Cultural em unidades de informação (arquivos, museus e bibliotecas) estudados no decorrer da pesquisa de mestrado, ainda em desenvolvimento, junto ao Programa de Pós Graduação Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (PPGPPC/UFSM). Apresentamos aqui reflexões acerca da difusão como uma finalidade da preservação dos acervos. Como objeto de estudo, temos o acervo fotográfico do Museu da Cidade do Rio Grande – RS para o qual estão sendo estudadas estratégias de difusão.

**Palavras- chave:** Difusão; Preservação; Fotografia; Unidades de Informação.

### 1. INTRODUÇÃO

Nesse trabalho partiremos da reflexão sobre a difusão dos bens culturais encontrados nas instituições de memória, ou, também denominadas, unidades de informação, tais como: museus, arquivos e bibliotecas.

Para tanto, apresentamos o acervo fotográfico do Museu da Cidade do Rio Grande, uma das instituições de maior representatividade no que concerne a preservação do Patrimônio Cultural da Cidade do Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

Sejam consideradas pelas técnicas de produção ou pelas imagens, as fotografias registram e informam sobre a cultura e a evolução da sociedade. Por isso tais conjuntos podem ser considerados Patrimônio Cultural e, além de preservá-los, é importante que haja uma preocupação com a sua difusão, visto que, esta atribui sentido a preservação desses acervos e a existência das próprias instituições mantenedoras.

*Los archivos, bibliotecas y centros de documentación conservan documentos personales de investigadores, artistas, científicos o*

---

<sup>281</sup> Arquivista no Arquivo Histórico Municipal da Cidade do Rio Grande - RS. Acadêmica do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural – PPGPPC/UFSM. [sara.santos2906@yahoo.com.br](mailto:sara.santos2906@yahoo.com.br)

<sup>282</sup> Doutor em **Biblioteconomia e Documentación** pela **Universidad de Salamanca, Espanha**. **Professor do** Curso de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM [carlosblaya@hotmail.com](mailto:carlosblaya@hotmail.com)

*coleccionistas que en su mayoría han sido el punto de partida de fondos excepcionales. Estas colecciones evidencian el atractivo y la fuerza de la imagen, cuyo contenido va más allá de los elementos que componen la escena, ya que se descubren lugares, tipos y objetos, o bien se justifican los hechos. (SÁNCHEZ VIGIL e ZALDUA, 2011 p. 02).*

Entende-se que as fotografias sejam documentos comuns a todas essas unidades de informação. Especializadas na organização e preservação de seus acervos, tais atividades são executadas com a finalidade de permitir o acesso às informações. Logo, as instituições devem trabalhar com uma grande movimentação de usuários e públicos interessados nas informações que dispõe. Podemos dizer que, aquelas unidades de informação em que são escassos os usuários, não estão cumprindo de forma plena sua função social. Afinal, de nada serve um acervo organizado e preservado se o acesso às informações não ocorre. Observamos assim, a importância da difusão dos acervos e das próprias instituições.

## **2. O ACERVO FOTOGRÁFICO DO MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE**

Fundada em 19 de fevereiro de 1737, a Cidade do Rio Grande caracteriza-se por ser a mais antiga do estado do Rio Grande do Sul. Quando Brigadeiro José da Silva Paes desembarcou para garantir a posse destas terras disputadas por Portugal e Espanha, devido a sua importância geopolítica e militar (próxima ao Rio da Prata), fundou no local o Forte Jesus Maria José. Desta forma, Silva Paes constituiu o primeiro núcleo luso-brasileiro no território onde hoje se localiza a cidade do Rio Grande.

Uma das principais instituições encarregada de preservar e comunicar as riquezas herdadas desde a fundação da cidade é o Museu da Cidade do Rio Grande, criado no ano de 1971, o mesmo passou a funcionar efetivamente em 1984, mantido pela Fundação Cidade do Rio Grande, a qual é a instituição mantenedora do museu até os dias atuais.

Segundo Anjos (2012), a formação do museu ocorreu através da cooperação entre a Fundação, a Prefeitura Municipal, a Mitra Diocesana, as Empresas de Petróleo Ipiranga e a Superintendência da Receita Federal. Tendo essa última,

cedido parte do prédio da Alfândega<sup>283</sup> para sediar a Coleção Histórica do Museu, desde 1987, até os dias atuais.

O Museu da Cidade do Rio Grande possui um acervo com aproximadamente 9.000 (nove mil) peças de caráter histórico dividido em duas coleções: a Coleção de Arte Sacra e a Coleção Histórica (na qual podem ser encontradas as fotografias, objetos desse trabalho).

Conforme Anjos (2012), o acervo do Museu da Cidade do Rio Grande foi constituído a partir de doações “das famílias tradicionais da cidade, que compunham a alta sociedade” rio-grandina.

No acervo de fotografias são encontradas imagens que registram diversos aspectos da cultura local no final do século XIX até meados do século XX. Sendo assim, no mesmo podemos observar através do acervo fotográfico aspectos do crescimento urbano e a evolução da em termos econômicos. São encontradas no acervo imagens dos primeiros chalés que deram origem ao Balneário Cassino, vistas do centro da cidade, imagens da construção do Porto do Rio Grande e das obras de construção dos Molhes da Barra (para facilitar o acesso dos navios). Além dessas, existem também muitas imagens das indústrias de tecidos, charutos, e do refino de petróleo que se instalaram na cidade neste período.

FIGURA 01 – Foto-postal – Chalé da Família Rheigantz



Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

<sup>283</sup> Construído no período de 1874 a 1879, visando a sua preservação, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN na data de 22 de agosto de 1967.

### 3. A CORRELAÇÃO ENTRE A PRESERVAÇÃO E A DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Iniciamos a nossa proposta de reflexão a partir do disposto por Mario Chagas no texto: “Cultura, patrimônio e memória” sobre a constituição e preservação de patrimônio.

A ação transformadora do homem sobre a natureza, sobre si próprio e sobre as relações entre os homens”; o trabalho gera bens a que se atribui valores e significados, esses bens conformam o patrimônio cultural; o patrimônio pode ser criado, preservado e destruído. Para Rússio a ação preservacionista no campo dos patrimônios contribui para a constituição de identidades culturais (CHAGAS, 2002, p.17)

Nessa perspectiva, Pelegrini e Funari (2008) citam o documento que sintetizou a “Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais” de 1982, definido “identidade cultural” como

[...] uma riqueza que dinamiza as possibilidades de realização da espécie humana ao mobilizar cada povo cada grupo a nutrir-se de seu passado e a colher as contribuições externas compatíveis com a sua especificidade e continuar, assim, o processo de sua própria criação (PELEGRINI e FUNARI apud Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, 2008 p. 37)

Sendo assim, constata-se o quanto é importante preservar e, inerente a isso, a difusão dos bens patrimoniais que possibilitam à nossa sociedade prosseguir em seu processo evolutivo e de criação de novas tecnologias, práticas e saberes.

Nesse sentido, museus, arquivos e bibliotecas, tem a função social de preservar os documentos considerados patrimônio cultural. Cada instituição com suas próprias especificidades técnicas, mas todas com o objetivo em comum de prover acesso aos documentos.

Pelo senso comum sou levado a compreender que as três instituições têm existência espacial concreta, mas têm também existência social; ou seja, elas não existem ao natural, e sim em sociedade, como um fenômeno sociocultural. Elas apresentam-se como lugares onde determinados bens culturais são reunidos e preservados. A preservação, como foi visto, não dispensa o uso social. Em outros termos: museus, arquivos e bibliotecas guardam coisas, papéis, livros para serem usados por determinadas pessoas. Nos três casos temos a identificação de um lugar (espacial e social), a identificação de bens culturais e a identificação de usuários, tudo isso fazendo parte da mesma realidade e do mesmo processo histórico. (CHAGAS, 2002, p.21)

Reiterando a proposta desse trabalho Chagas (2002) faz a seguinte reflexão sobre a finalidade das unidades de informação que devem realizar a preservação e a difusão (comunicação) da existência desses bens.

A preservação do suporte é contingente em relação à preservação da informação. O que fazer com o objeto preservado? A preservação por si só não lhe confere o caráter de documento. É necessário que ao lado da preservação, como já foi insinuado, se instaure o processo de comunicação. É pela comunicação que a condição de documento emerge. A comunicação é que torna possível a emergência do novo. Em outros termos: o processo de comunicação é base necessária para a produção de conhecimento original a partir do bem cultural preservado. De outro ângulo: o processo de investigação amplia as possibilidades de comunicação do bem cultural e dá sentido à preservação. (CHAGAS, 2002, 25)

Inferese então que existe uma relação de interdependência entre preservação e difusão, pois, entendemos que os bens culturais devem ser preservados, para que, a partir da sua difusão, cumpram a sua função social enquanto registros culturais que, identificam, informam e transformam a sociedade atual.

Segundo Fugueras (2001 apud NOGUEIRA, 2012, p. 21) a difusão não se resume apenas no acesso e consulta aos bens patrimoniais “mas também na passagem de determinados valores aos cidadãos: valor de patrimônio público, memória, identidade e conhecimento”.

Ao explicar sobre a importância dos arquivos como patrimônio o autor diz que os mesmos são memória e são identidade, pois, garantem a promoção e a “recuperação” da memória coletiva. No entanto, o autor assume que não é exclusividade dos arquivos, mas que bibliotecas e museus, que chama de “instituciones memorizadoras” (PETRUCCI *apud* FUGUERAS, 1999), são imprescindíveis para o exercício de reflexão histórica.

Nessa linha, Fugueras (2001, p. 16) explica que a pesquisa histórica é um elemento básico para que as pessoas possam conhecer as suas origens, assim como, as origens da sociedade em que vivem, por isso se relaciona de forma quase inseparável com os conceitos de memória e identidade.

Sendo assim, ressalta-se a importância das instituições conservadoras do patrimônio, pois estas permitem o acesso às informações sobre a sociedade do passado através da conservação dos documentos e da difusão dos acervos.

Bellotto (2006) que conceitua documento enquanto qualquer artefato que seja produzido a fim de registrar e expressar a atividade humana. Na mesma linha Kossoy (2001) diz que

A imagem fotográfica é o que resta do acontecido, fragmento congelado de uma realidade passada, informação maior de vida e morte, além de ser o produto final que caracteriza a intromissão de um ser fotógrafo num instante dos tempos.[...] O produto final, a fotografia, é portanto resultante da ação do homem, o fotógrafo, que em determinado espaço e tempo optou por um assunto em especial e que, para seu devido registro, empregou os recursos oferecidos pela tecnologia. (KOSSOY, 2001, p.37)

As fotografias são produtos de ação humana, que objetivam registrar imagens do mundo real. Através destas, é possível estudar, constatar e perceber a evolução da cultura e da sociedade. Por isso, sem dúvida se enquadram na perspectiva de bens culturais.

A fotografia é uma expressão plástica (forma de expressão visual) indivisivelmente incorporada ao seu suporte e resultante de procedimentos tecnológicos que a materializaram. Uma fotografia original é, assim, um *objeto-imagem*: um *artefato* no qual se pode detectar em sua estrutura as características técnicas típicas da época em que foi produzido. Um original fotográfico é uma fonte primária. (KOSSOY, 2001, p.40)

A partir disso, Kossoy apresenta a importância do “objeto-imagem”, a fotografia original, que considera como um objeto museológico. Sendo assim, a musealização (ou tombamento) de um artefato ou conjunto documental, busca a garantia de sua preservação para que continue executando uma função social. O autor vai além, considerando também a importância das réplicas

O objeto-imagem de primeira geração – o original – é essencialmente um objeto museológico, e como tal tem sua importância específica para a história da técnica fotográfica, além de seu valor histórico intrínseco, enquanto o de segunda geração – a reprodução sob os mais diferentes meios – é, em função da multiplicação do conteúdo (particularmente quando publicado), fundamentalmente um instrumento de disseminação de informação histórico-cultural. Daí a importância da organização da informação de arquivos sistematizados de imagens: iconotecas destinadas a preservar e difundir a memória histórica. É em função dessa multiplicação da informação que a fotografia alcança sua função social maior. (KOSSOY, 2001, p.42)

Sendo assim, salienta-se que apesar de apresentarem características específicas, as unidades de informação tem o dever de disponibilizar e difundir seus

acervos como fontes de informação. Segundo Bellotto (2006) além da aquisição e preservação dos acervos as instituições devem realizar a difusão dos mesmos e de seus serviços

[...] além dessa competência, que justifica e alimenta sua criação e desenvolvimento, cumpre-lhe ainda uma atividade que, embora seja secundária, é a que melhor pode desenhar seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém seu objetivo primeiro. Trata-se de seus serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa. (BELLOTTO, 2006, p.227)

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2004) não contempla o termo “difusão” sendo a expressão mais próxima encontrada “disseminação da informação” cuja definição é “Fornecimento e difusão de informações através de canais formais de comunicação” (DBTA, 2004, p. 71).

Já, Cunha e Cavalcanti (2008) no Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia apresentam conceitos genéricos acerca de difusão, no entanto apresentam o seguinte conceito relacionado com a reflexão que propomos

[...] difusão do conhecimento: numa comunidade especializada de usuários, a transmissão da informação orientada para a pesquisa e desenvolvimento. [...] difusão eletrônica de documentos: serviço de comutação bibliográfica eletrônica. (CUNHA e CAVALCANTI, 2008, p. 125)

O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia apresenta diversas expressões relacionadas ao termo comunicação, dentre essas, destacamos

Comunicação de massa *mass communication media*, *mass media* divulgação pública e simultânea da informação dirigida a um grande número de pessoas, utilizando-se de uma fonte organizada e meios técnicos adequados; comunicação coletiva, meio de comunicação de massa. [...] c. documentaria *communication* atendimento a um pedido de informação mediante a transmissão não somente da informação, mas também dos documentos que lhe servem de suporte. [...] c. eletrônica *e-communication*, *eletronic communication* difusão de informações e recursos informacionais por meio de redes de computadores, especialmente por rede local, interna ou internet. (CUNHA e CAVALCANTI, 2008, p.98)

A partir disso, buscamos de forma complementar o aporte teórico da Museologia onde a palavra “comunicação” é bastante utilizada

No contexto dos museus, a comunicação aparece simultaneamente como a apresentação dos resultados da pesquisa efetuada sobre as coleções (catálogos, artigos, conferências, exposições) e como o acesso aos objetos que compõem as coleções (exposições de longa duração e informações associadas). Esta perspectiva vê a exposição não apenas como parte integrante do processo de pesquisa, mas, também, como elemento de um sistema de comunicação mais geral, compreendendo, por exemplo, as publicações científicas. Esta é a lógica que prevaleceu no sistema PPC (Preservação – Pesquisa – Comunicação) proposto pela *Reinwardt Academie* de Amsterdam, que inclui no processo de comunicação das funções de exposição, de publicação e de educação exercidas pelo museu. (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2013)

Apesar da diversidade de termos relacionados, podemos dizer que a difusão nas unidades de informação consiste em utilizar estratégias e técnicas para levar ao máximo de pessoas as informações existentes nos acervos.

Segundo Nogueira (2012) a difusão pode ser compreendida de acordo com: as “necessidades de informação, realidade material (tipo de suporte) e oferta cultural”. Sendo assim, reunimos os diversos tipos de difusão conforme o quadro 1:

QUADRO 01 - Delimitação dos Tipos de Difusão:

Delimitação da difusão quanto à:	Tipo de difusão
Necessidades de Informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Difusão informacional</li> <li>• Difusão seletiva da informação</li> <li>• Difusão editorial</li> </ul>
Realidade Material (tipo de suporte)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Difusão editorial</li> <li>• Difusão digital (ou eletrônica),</li> </ul>
Oferta Cultural	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Difusão educativa</li> <li>• Difusão cultural</li> </ul>

Fonte: elaborado pelos autores

No que tange a difusão segundo as necessidades de informação, Nogueira (2012) explica que

A difusão informacional prevê a difusão dos arquivos no âmbito das possibilidades de um maior conhecimento sobre os mesmos e um aumento da sua consulta. Encontra-se no âmbito da descrição e da comunicação. Inclui serviços no âmbito do Serviço de referência e pode incluir serviços

como o Serviço de difusão selectiva da informação. (NOGUEIRA, 2012, p.36)

Esse tipo de difusão está relacionado diretamente às informações existentes nos acervos. No caso, a autora escreve estritamente sobre os arquivos, no entanto, observa-se que independente do gênero ou suporte de documento (documento textual, fotográfico, artefatos museológicos, etc.) os acervos das demais unidades de informação contém diversas informações relevantes em várias áreas do conhecimento. Portanto entendemos que a pesquisa sobre os acervos, assim como, a descrição, os inventários e catálogos são importantes formas de difusão da informação.

Outro tipo de difusão relativa às necessidades de informação é a disseminação seletiva da informação caracterizado por Nogueira (2012) como

Este serviço consiste em selecionar e transmitir informação, de acordo com necessidades e/ou interesses específicos do utilizador. Na respectiva designação, a abrangência da palavra difusão é determinada à distribuição de um conjunto de informação, selecionada em função das necessidades especificadas de um utilizador ou um conjunto de utilizadores. Trata-se de uma difusão que se tipifica pela especificidade daquilo que se transmite, em função de uma realidade específica, que é o perfil de um utilizador. (NOGUEIRA, 2012, p.31)

Neste sentido, entendemos que existem duas formas de atender a essas demandas. A primeira que relacionada aos indicadores de solicitações de pesquisas, quando estes apresentam as maiores demandas (ou preferências dos pesquisadores) por determinados itens do acervo os quais são solicitados com maior frequência. Relativo a isso, podemos propor a elaboração de instrumentos de pesquisa do acervo.

A outra forma de atender a essa demanda, seria a localização dos itens do acervo que se relacionam com o assunto ou tema solicitado pelo pesquisador e a apresentação dos mesmos ao pesquisador. Essa última vai de encontro às normas de preservação e conservação das peças, principalmente no que diz respeito a fotografias. Por isso, atualmente, os acervos fotográficos são disponibilizados digitalmente ou através de réplicas de alta definição, geralmente utilizadas em exposições.

A difusão editorial pode ser definida tanto no que concerne as necessidades de informação como quanto ao suporte. Bellotto (2006) indica que as publicações, ou conforme chama, “serviço editorial”, levam ao público e usuários informações acerca do conteúdo do acervo, assim como, das atividades institucionais, atraindo o interesse das pessoas.

Conforme elucidamos anteriormente a elaboração e publicação de catálogos ou livros, consistem em exemplos de difusão editorial. No entanto, outros materiais podem ser elaborados e publicados. Os relatórios de atividades institucionais são ótimos meios de coletar informações e publicar trabalhos sobre as atividades desempenhadas nas unidades de informação.

As fundamentais pesquisas realizadas pelas próprias unidades de informação sobre os itens de seus acervos também devem ser publicadas em nome da instituição. Estas além de aprofundar o conhecimento da equipe sobre o acervo ao serem publicadas para o público mostram a seriedade e o comprometimento da instituição com o acervo e com a sociedade à qual serve.

Além disso, o material didático utilizado nas ações educativas, também pode ser compilado e publicado possibilitando que as informações acerca do acervo, do patrimônio cultural e das atividades institucionais sejam acessíveis e disseminadas, através do público escolar ou técnico.

Salientamos que atualmente a internet é uma poderosa ferramenta de comunicação global, nesse sentido, os produtos relacionados à difusão editorial podem ser selecionados e adaptados para serem disponibilizados em versão digital e on-line.

Nogueira (2012) caracteriza a difusão em função do suporte

Com o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação (TIC) surgiram duas expressões: a difusão electrónica e a difusão digital. Ambas correspondem a um tipo de difusão que se tipifica a partir da natureza do suporte (o electrónico e o digital) e que se encontram relacionados com a disseminação das TIC's nos Arquivos (internet, arquivos digitais, produtos multimédia, publicações electrónicas e a digitalização de documentos). (NOGUEIRA, 2012, p. 31)

Entretanto, entendemos que a difusão digital não se resume apenas aos exemplos citados pela autora, seja no âmbito dos arquivos ou das demais unidades de informação. Atualmente a utilização da internet e das redes sociais são fundamentais para qualquer pessoa ou instituição que deseja se comunicar.

A internet é de fato uma ferramenta poderosa para a disseminação de informações. Muitas instituições que desejam implantar programas de difusão pensam que a criação de um sitio na web basta. No entanto, apenas isso não consiste em difusão, existem outros meios que, associados à correta utilização da tecnologia digital, contribuem para a solidificação de uma imagem institucional.

Diversos museus estão modificando seus organogramas e criando setores específicos para a implementação de atividades inovadoras para atingir públicos diversificados. O desenvolvimento de sites na internet “constituem uma parte significativa da lógica comunicacional destas instituições” (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2013, p. 37)

A utilização dessas ferramentas na internet requer cautela. Muitas instituições sentem a necessidade de conhecer e controlar a utilização das informações de seu acervo. Nesse sentido, se faz importante que os sites solicitem um cadastro dos visitantes. Entendemos que isso não é garantia de segurança, no entanto, auxilia a controlar os acessos e a estabelecer contato com o público.

Sendo um dos principais meios de comunicação, a internet, através de sites, blogs, redes sociais e e-mail, pode servir como um ótimo canal de relacionamento com o público. Após estabelecida a comunicação com o público, é possível realizar pesquisas de satisfação, conhecer as necessidades do público, criar debates sobre temas pertinentes, salientar particularidades do acervo, etc.

As redes sociais se destacam no que diz respeito ao relacionamento com o público. Todavia, qualquer instituição que deseje utilizar essa ferramenta deve cuidar para não perder a credibilidade ou manchar a sua imagem, mas que sirva para que a instituição seja lembrada e reconhecida pela sociedade como referência.

Sobre a delimitação dos tipos de difusão enquanto oferta cultural, caracterizam-se a difusão educativa e difusão cultural, conforme elucida-se a seguir.

Com relação às ações educativas Bellotto (2006) apresenta diversas sugestões que vão além da visita guiada, como a firmação de parceria entre as unidades de informação e escolas

A aproximação estudante-documento pode ser abordada por dois ângulos: o contato direto do aluno com as fontes primárias e a possibilidade de selecionar documentos para o ensino da história dentro dos conteúdos programáticos escolares. (BELLOTTO, 2006 p. 234)

Bellotto (2006) cita ainda o caso dos serviços educativos na França, onde uma renovação pedagógica aumentou de forma substancial o número de usuários nos arquivos, e explica que

O. Ermisse, organizador e grande entusiasta dos serviços educativos, explica esse crescimento ligando-o às próprias diretrizes do Ministério da Educação com relação aos programas escolares, que valorizam a história local: "Graças à história local, o aluno se apodera das referências culturais que lhe permitem conhecer melhor e amar sua cidade e sua região e, talvez, interessar-se mais por essa história geral que lhe parece, muitas vezes, demasiado austera e afastada do seu meio." (BELLOTTO, 2006, p.235)

Novamente, podemos observar a elucidação de uma ação que envolve a valorização da cultura local, o que vem ao encontro da proposta desse trabalho considerando o nosso objeto de pesquisa.

Mas além do público escolar, podem ser propostas ações educativas para outros tipos de públicos. Nesse sentido, podem ser programadas atividades que envolvam a transmissão de informações técnicas acerca do tratamento de acervos, para um público que deseje aprofundar seus conhecimentos na área de gestão ou preservação de acervos e do patrimônio cultural.

No que concerne à difusão cultural Nogueira (2012) apresenta que as mais variadas atividades e produtos podem ser criadas a fim de ampliar e desenvolver o relacionamento com o público.

*A difusão cultural prevê a produção de actividades e produtos culturais numa perspectiva de utilização e usufruição, enquanto recurso para o desenvolvimento pessoal e social e envolvimento do público em geral com o património.*(NOGUEIRA, 2012, p. 36)

Sendo assim, podemos salientar algumas formas de execução da difusão cultural. Lourde Boix Llonch (2001) diz que uma das formas de difusão cultural que mais tem se desenvolvido é a que trata de documentos da história local, pois nesta os cidadãos são os protagonistas.

*Una de las vertientes del archivo que ha experimentado un mayor desarrollo en sintonía con la demanda es la difusión de la historia local. Especialmente en los archivos municipales es donde se han manifestado los mejores casos de investigación del archivo en la comunidad. Hay multitud de excelentes ejemplos que van desde las publicaciones de historia local, los talleres de historia, las exposiciones de fotografías antiguas del entorno, la conmemoración de hechos históricos o efemérides de significación especial, los itinerarios y las rutas históricas. En todas partes el archivo constituye*

*una buena plataforma de difusión y democratización de la historia de un Pueblo o ciudad contribuyendo de la manera más eficaz a la recuperación de la identidad, fomentando la consciencia cívica y la cohesión social de los ciudadanos. (LLONCH, 2001. p. 110)*

Apesar de a autora referir-se diretamente a arquivos municipais, estes são considerados instituições de memória (junto com as bibliotecas e museus). Nesse sentido, entendemos que, devido ao acervo ter sido constituído através de doações na comunidade, o Museu da Cidade do Rio Grande, consiste em uma das principais instituições locais onde a população pode ver retratada a sua história.

Outra sugestão que pode ser usada para a elaboração de estratégias de difusão, é a utilização das efemérides como temas para a realização de atividades culturais.

*Uno de los actos de difusión del archivo que más contribuyen a vincular a toda una comunidad directamente con su pasado es la conmemoración de efemérides de hechos históricos o de la vida cotidiana [...] Se trata de aprovechar hechos históricos importantes para una comunidad con el fin de rentabilizar su difusión en beneficio de la recuperación del patrimonio, tanto material como inmaterial, debido al enorme potencial de comunicación que generen las efemérides. (LLONCH, 2001. P. 119)*

Através de exposições, publicações, catálogos, consultas, sites ou ações culturais e voltadas para a educação, é imprescindível que as unidades de informação cumpram a sua função perante a sociedade: a preservação da história e da memória através da difusão do patrimônio.

#### **4. DIFUSÃO DO ACERVO DE FOTOGRAFIAS DO MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE: RESULTADOS PARCIAIS**

A partir das discussões elucidadas acima apresentamos algumas propostas de difusão aplicáveis ao acervo de fotografias da Coleção Histórica do Museu da Cidade do Rio Grande. Para tanto, foram selecionadas fotografias que apresentam aspectos do antigo cais do Porto, atual Porto Velho e da Alfândega do Rio Grande pois são instituições que tiveram importância fundamental para o desenvolvimento econômico da cidade e da região.

No século XVIII, a Barra do Rio Grande era uma das mais temidas devido aos “fortes ventos que mudavam os bancos de areias, mudando constantemente os caminhos a serem navegados em segurança, tornando a entrada da barra um cemitério de embarcações” (RIBEIRO, 2008, p.88). Sendo assim, o canal da barra não possuía profundidade suficiente para a navegação, os bancos de areia eram instáveis.

Devido ao desenvolvimento da Província e da necessidade da Coroa Portuguesa em controlar a entrada e saída de navios mercantes, e “em 15 de julho de 1800 foi mandado estabelecer no sítio mais conveniente, uma Alfândega para as Capitanias do Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina” (AZEVEDO, 2004, p. 31). Sendo assim, em 1º de outubro de 1804 foi fundada a Alfândega do Rio Grande.

Até o ano de 1823, as embarcações atracavam em São José do Norte, pois o desembarque no Rio Grande era impraticável (ALVES e TORRES 1997, p. 40). Em decorrência disso, foi construído o porto e realizada a dragagem no canal permitindo o acesso de embarcações maiores ao Rio Grande.

Segundo Ramos (2002, p.55) em 1875 foi contratado pelo Imperador D. Pedro II, um engenheiro inglês que, a partir dos seus estudos sobre a barra, apresentou um projeto de construção dos Molhes da Barra, mas, seu projeto não foi adiante. Em 1883, outro engenheiro, Honório Bicalho, apresentou um novo projeto para a construção de dois molhes que proporcionariam o aumento da profundidade na Barra do Rio Grande.

Durante a construção do cais do porto surgiu a necessidade de edificar um novo prédio que atendesse melhor às necessidades da Alfândega. O prédio, construído no período de 1874 a 1879, situado no Centro da Cidade do Rio Grande. Preservado até os dias atuais e tombado pelo IPHAN, o prédio da Alfândega pertence até hoje ao Ministério da Fazenda e, além do Museu da Cidade do Rio Grande, comporta setores da Alfândega e da Receita Federal do Brasil. Nas imagens a seguir podemos observar a Rua Riachuelo. Na FIGURA 02, no ano de 1907 podemos visualizar diversas mercadorias descarregadas no cais, os armazéns onde essas mercadorias eram vendidas e, ao fundo, a Alfândega. Já na FIGURA 03, além da vista da Rua Riachuelo e da Alfândega ao fundo, é possível ver também os armazéns do Porto para depósito de mercadorias.

FIGURA 02 – Foto-postal da Rua Riachuelo, ao fundo Alfândega (1907).



Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

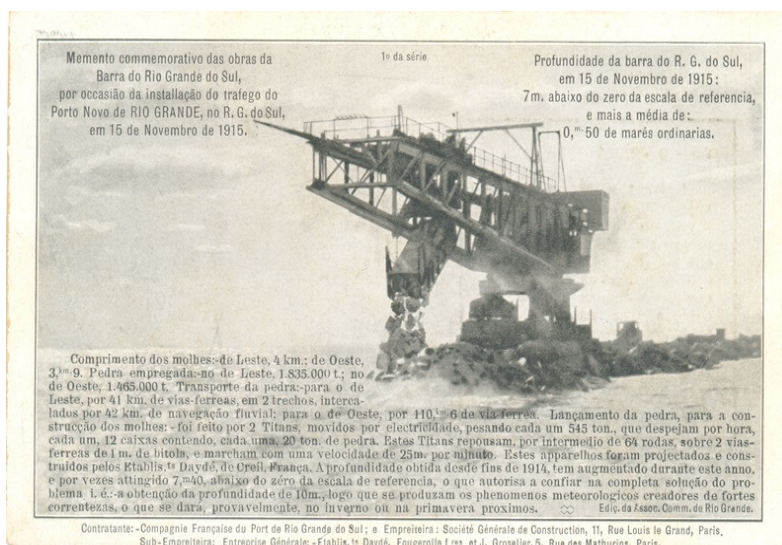
FIGURA 03 – Rua Riachuelo – Armazéns do Porto e Alfândega ao fundo



Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

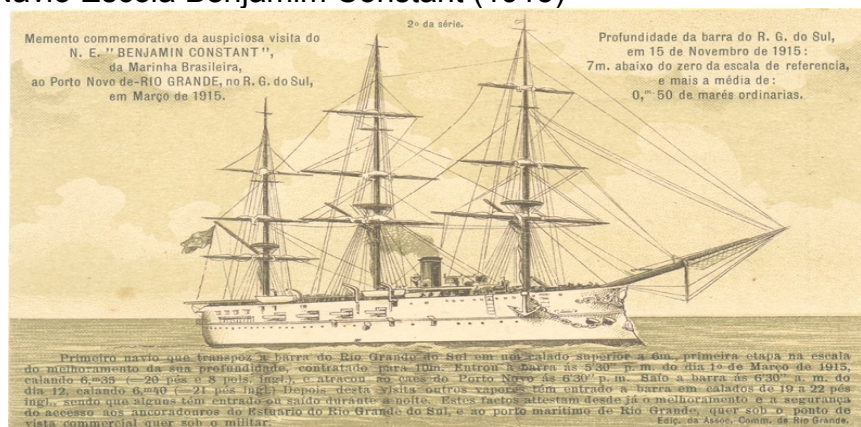
Apenas no início do século XX, as obras do Porto do Rio Grande foram efetivamente realizadas pela “*Compagnie Française du Port do Rio Grande do Sul*”. Conforme Ramos (2002), em março de 1915 “o Navio-Escola da Armada Nacional “Benjamim Constant”, calando 6,35 metros transpôs a Barra do Rio Grande sem nenhum problema, atracando no Porto, iniciando assim, uma nova fase de navegação”. Conforme podemos ver nas FIGURAS 04 e 05, a seguir.

FIGURA 04 – Foto-postal da Construção dos Molhes da Barra do Rio Grande.



Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

## FIGURA 05 – Navio Escola Benjamin Constant (1915)



Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Na metade do século XX, devido à importância do “complexo hidro portuário riograndense”, foi criado o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais – DEPRC, pela da Lei Estadual nº 1561, de 1º de outubro de 1951.

Em 1996, o Porto do Rio Grande foi separado do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais por outra Lei Estadual nº 10.722, de 18 de janeiro de 1996, que criou a autarquia Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG, para administração do Porto do Rio Grande.

Conforme apresentado no site da instituição (<<http://www.portoriogrande.com.br/site/index.php>>. Acesso em 17/05/2012), a

SUPRG está encarregada de administrar o Porto do Rio Grande, assim como, coordenar e fiscalizar as instituições atuantes no porto, planejar a política portuária, estudando, melhorando e conservando os canais de acesso ao porto (principalmente os Molhes da Barra) e a manutenção de todo sistema hidro portuário do Porto do Rio Grande.

Sendo assim, apresentamos a seleção de imagens referentes ao Porto, a construção dos Molhes da Barra e a Alfândega (ANEXO A). Estas serão abrangidas por este trabalho nas propostas de difusão, no entanto, ainda estão em processo de pesquisa para complementação das informações apresentadas anteriormente.

A partir da seleção dessas imagens é possível planejar estratégias de difusão aplicadas ao acervo fotográfico do Museu da Cidade do Rio Grande. Nesse sentido, propomos o que se segue.

Conforme elucidado por Llonch (2001), a utilização de Efemérides (datas comemorativas) é recomendável para que a instituição tenha um planejamento em relação aos acontecimentos regionais e nacionais para a programação e realização de eventos, exposições e publicações editoriais.

No sentido de informar sobre o acervo e sobre as suas atividades para um grande número de pessoas, a instituição está prevendo no projeto de modernização criação de um *site* na *web*, considerando tais temáticas, podemos sugerir que sejam disponibilizadas diversas ferramentas para o público como: catálogos do acervo e das exposições do museu; exposições *on-line*; vídeos; convites para exposições eventos, cursos e oficinas; publicações técnicas, informativos eletrônicos para os usuários cadastrados informando as novas aquisições, assim como, novos serviços, etc.

Além disso, as exposições virtuais, oferecem vantagens se comparadas às exposições itinerantes e *in loco* (que ainda são ótimas estratégias), não necessita de espaço físico e horário definido para apreciação do público.

Conforme o apresentado por Belloto (2006) podem ser desenvolvidas entorno dessas temáticas, a elaboração de serviços editoriais e ações educativas. Catálogos seletivos e das exposições, devem ser elaborados em meio digital e/ou impresso.

No entanto, caso a instituição opte por implementar ferramentas de acesso remoto é importante que exista um controle de acesso do conteúdo disponibilizado na *web*. Apesar de estarmos defendendo a ampla divulgação das informações existentes no acervo, se faz fundamental que as instituições tenham um controle

sobre a utilização dessas informações<sup>284</sup>. Por isso, é importante que antes de acessar seja necessária a realização de um cadastro

do público. Como uma forma de inibir a ação de pessoas mal intencionadas e auxiliando a instituição a estabelecer um contato e conhecer o seu público.

Outra forma de difusão seria a reprodução das imagens como cartões postais ou cartões de estereotipia o que pode ser feito até mesmo com imagens de peças do acervo em imagens 3D.

Podem ser produzidos catálogos que contemplem as exposições na íntegra, entretanto, recomenda-se que este seja distribuído *in loco*, estimulando que as pessoas compareçam presencialmente na instituição para visitar as exposições e adquirir este tipo de produto. Tais catálogos podem continuar sendo publicados e vendidos mesmo após o término do período da exposição, como uma forma de perpetuar o trabalho.

Outra alternativa, apresentada por Bellotto (2006), são as ações educativas. A proposição de oficinas, cursos, palestras e seminários que tratem de assuntos relacionados às linhas de trabalho e pesquisa da instituição.

Essas estratégias, além de serem oportunidades para difusão, constituem também uma forma de arrecadação de recursos que podem ser investidos em outras ações ou até mesmo para os trabalhos técnicos.

Estes itens podem ser distribuídos como cortesia aos visitantes ou vendidos como forma de angariar fundos para investir em outras ações, museus são instituições sem fins lucrativos, sendo assim, tais itens podem ser feitos em nome da Fundação Cidade do Rio Grande, visto que essa é a instituição mantenedora do Museu da Cidade do Rio Grande.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fotografias que constituem os acervos fotográficos são produtos da ação humana, cujo objetivo é documentar e registrar através das imagens o real. Através

---

<sup>284</sup> O Museu da Cidade do Rio Grande possui uma política para a utilização de imagens. Os usuários que necessitarem utilizar fotografias do acervo devem assinar um termo de cessão de imagem, visando controlar a utilização das imagens do acervo, visto que, além de envolver questões relacionadas aos direitos autorais, também garante que o usuário vai citar a fonte da informação. Sendo assim, propomos esse cadastro a fim de viabilizar o acesso remoto em conformidade com as normas institucionais.

desses acervos é possível estudar e perceber a evolução da cultura e da sociedade. Por isso, sem dúvida os acervos fotográficos se enquadram na perspectiva de bens culturais que devem ser preservados. A partir da difusão estes cumprem a função social enquanto registros culturais que, ao serem conhecidos e estudados, permitem nos identificarmos e, com isso, transformarmos a sociedade.

Através desse trabalho apresentamos uma reflexão acerca da importância da difusão dos acervos encontrados nas unidades de informação. A difusão é uma grande aliada da preservação, sendo que uma função justifica a outra e vice-versa. De nada serve as instituições investirem na preservação dos documentos se não for possível o acesso público às informações. Da mesma forma, de nada adianta ampliar o acesso aos acervos sem primar pela preservação dos mesmos.

Sendo assim, apresentamos as soluções que estão sendo estudadas para a difusão do acervo fotográfico do Museu da Cidade do Rio Grande, que sejam aplicáveis à outras unidades de informação, como arquivos, bibliotecas e centros de documentação.

Salientamos que apresentamos aqui resultados parciais e que a pesquisa prossegue a fim de desenvolver as ideias aqui apresentadas aplicadas ao planejamento de ações concretas de difusão.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, Danielle Manczak dos. **Acervo e sociedade – Museu da Cidade do Rio Grande - RS**. Rio Grande: PPGEIO (FURG), 2012.

AZEVEDO, José Luiz Bragança de. **Alfândega da Cidade do Rio Grande**. 2 ed. - Rio Grande: [s.n.], 2004.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos Permanentes: tratamento documental. 4. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CHAGAS, Mario. Cultura, patrimônio e memória. In: **Ciências & Letras**. n. 31 Porto Alegre : Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, 2002.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo : Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

Disponível em: < <http://www.dicio.com.br> >. Acesso em: (data de acesso).

FUGUERAS, Ramon Albrech i; LLONCH, Lurdes Boix; SASTRE, Natàlia Navarro; PALOMARES, Susanna Vela. **Archivos y cultura**: manual de dinamización. – Gijón (Astúrias) : Ediciones TREA

Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Superintendência do Porto do Rio Grande. **Histórico do Porto do Rio Grande**: <[http://www.portoriogrande.com.br/site/sobre\\_porto\\_historico.php](http://www.portoriogrande.com.br/site/sobre_porto_historico.php)>. Acesso em 17 de maio de 2012.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. 2.ed.rev. São Paulo : Ateliê Editorial, 2001

NOGUEIRA, Marta Maria Gonçalves Bilreiro Fialho. **A difusão cultural no Arquivo Nacional e Arquivos distritais portugueses**: exposições documentais (1990-2009). Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação Ramo de Arquivos, Universidade de Évora, 2012.

PELLEGRINI, Sandra; FUNARI, Pedro Paulo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Coleção Ciências Sociais Passo a passo. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

RAMOS, Simone da Mata. A importância dos Molhes da Barra do Rio Grande no contexto da economia do Rio Grande do Sul. In: ALVES, Francisco das Neves (Org.). **Cidade do Rio Grande**: ensaios históricos. Rio Grande: Editora da FURG, 2008. p.47- 80.

RIBEIRO, Eduardo Costa. Rio Grande de São Pedro: formação da sociedade rio-grandina nos primeiros anos, 1737-1763. In: ALVES, Francisco das Neves (Org.). **Sociedade, Memória e Cultura no Rio Grande do Sul**: estudos históricos. Rio Grande: Editora da FURG, 2008. p.85-110.

SÁNCHEZ VIGIL, Juan Miguel; OLIVERA ZALDUA, María. **De lo personal a lo universal. La colección iconográfica de Joaquín Turina en la Fundación Juan March**. Comunicación presentada en las *Quintas Jornadas de Archivo y Memoria. Extraordinarios y fuera de serie: formación, conservación y gestión de archivos personales*. Madrid, 17-18 febrero, 2011. <<http://www.archivoymemoria.com>>

## ANEXO A

### SELEÇÃO DE IMAGENS DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE

FIGURA 06 – Rua Riachuelo – Armazéns do Porto em construção e comércio



Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

FIGURA 07 – Construção do Porto Novo



Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

FIGURA 08 – Construção dos Molhes da Barra



Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

FIGURA 09 – Molhes da Barra do Rio Grande



Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

FIGURA 10 – Molhes da Barra do Rio Grande - Vagonetas utilizadas para transporte até o fim dos trilhos



Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

FIGURA 11 – Pescaria nos Molhes da Barra, ao fundo, Praia do Cassino



Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

FIGURA 12 – Praça Xavier Ferreira, ao fundo, Alfândega



Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

FIGURA 13 – Vista lateral da Alfândega, Rua Ewabank



Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

FIGURA 14 – Alfândega esquina com as ruas Marechal Floriano e Ewbank



Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

FIGURA 15 – Rua Marechal Floriano, Alfândega e casa de comércio, ao fundo Praça Xavier Ferreira



Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande